REACENTAMENTO

NOVO ORDENAMENTO

As ideias gerais do projecto são a de manter parte dos habitantes do Rio Seco no projecto, naquilo que nós consideramos uma nova forma de realojamento, retirando apenas da zona os moradores que residem nas margens .

BELARMINO DOS SANTOS

VALA DE DRENAGEM

"Pela sua localização, a requalificação da vala de drenagem poderá permitir a criação de vários pontos comerciais, substituindo o actual fluxo de comércio desordenado de venda ambulante, pelos mercados abertos e organizados".

em termos de valores, mas de acordo com os estudos que realizamos a coisa pode ficar ai a volta dos 500 milhões de dólares norte americanos. Com a entrada dos investidores, estes valores podem evoluir para um bilhão de Usd.

O que está a faltar para iniciar as obras?

Continuamos a espera do pronunciamento dos orgãos do Estado, principalmente os que estão directamente ligados a área urbanística e passarmos posteriormente para a fase de mobilização do capital estrangeiro e local e o consequente lançamento da primeira pedra. Sabemos que existem constrangimentos e estamos bem cientes disso, mas precisamos de um pronunciamento concreto em relação ao que são as políticas estratégicas para o desenvolvimento da cidade de Luanda; se nosso projecto pode ou não ser executado. Porque fica complicado quando começam a dar voltas e voltas sem qualquer resposta concreta em relação ao que devemos ou não fazer.

Onde é que pensam ir buscar os financiamentos?

Para além da fundraising, vários investidores a nível mundial, manifestaram o interesse em financiar o projecto, avançando várias modalidades para o retorno dos valores a serem investidos, como, por exemplo, assumirem a gerência do projecto até conseguirem o retorno do investimento. Paralelamente a isso, existem várias outras instituições internacionais, como o Banco Mundial, camarás de comercio interessados em financiar esse tipo de projectos, incluindo aos privados.

Alguma instituição ou individualidade privada terá manifestado o interesse em se juntar ao vosso grupo?

Pelo menos cinco investidores internacionais, mundialmente conhecidos, manifestaram o interesse em ficar com o projecto, mas as coisas morreram por ausência de suporte legal do Estado. Como referência, citamos aqui o caso Câmara do Comércio Angola França , que nos mandaram cartas de conforto manifestando o interesse em investir no projecto, desde que o mesmo tenha o aval do Governo.

Apresentaram a carta de conforto ao Governo da Província?

Sim já.

E o Governo?

Mantêm-se em silêncio: não dizem sim nem não.

Mas qual é a relação que existe entre o projecto e o Governo da província de Luanda?

Começamos a desenvolver esse projecto em 2017 e de lá para cá, tivemos dois contactos com o Governo da Província Luanda. No primeiro pediram-nos para apresentar um plano de negócios, um de realojamento e mais um de regeneração urbana da zona. No segundo encontro disseram-nos que o projecto do Rio Seco enquadra-se no âmbito do plano urbanístico geral que existe para a cidade de Luanda que consiste na arborização e recuperação dos espaços verdes da cidade. Por outras palavras se enquadra naquilo que são as políticas actuais da província de Luanda. Mas contrariamente ao que esperávamos eles sugerem a sua execução, à partir da segunda fase, o que achamos contraproducente. É muito estranho esse silêncio sobretudo por deixar subjacente a intenção de resolução de um problema de saúde publica, que representa actualmente o Rio Seco, onde a situação vai se agudizando a cada dia que passa, aos olhos de todos. Até parece haver a intenção em deixar as coisas se agravarem e forçar o estado a gastar balurdios de dinheiro para resolver problemas pontuais.

Está a falar do plano metropolitano da cidade de Luanda?

O Plano Director Geral Metropolitano de Luanda (PDGL), é outra coisa. Refiro-me a uma plano estratégico que o governo da província tem para recuperação das zonas verdes da cidade.

Alguma razão concreta para justificar a alteração?

O Governo da província considera mais fácil o realojamento das pessoas que residem há volta da área prevista para a segunda fase do projecto. Mas o problema que se põe é que, a alteração projecto exige a realização de outros estudos que não que não estavam previstos. Para além disso, continuamos a defender o inicio do projecto à partir da primeira fase.

Onde é que o governo da Província de Luanda entra no projecto?

Em Angola, o Estado é o proprietário das terras. O rio seco é uma área completamente ocupada, ao longo das suas margens por habitações informais.

Continuamos sem perceber!

Não podemos executar o projecto se não houver uma autorização expressa do Governo da província. Por esta razão, precisamos que o Governo nos diga se aprovam ou não a nossa iniciativa. Em caso de aprovação, eles devem dar o seu aval para a sua integração naquilo que são as políticas do Governo da Província de Luanda.

Em caso de execução do projecto como é que seria feito o realojamento das pessoas que residem nesta zona?

As ideias gerais que temos são a de manter parte destas pessoas no projecto, naquilo que nós consideramos uma nova forma de realojamento, retirando apenas da zona, os moradores que residem nas margens e em situação de risco. Tratamento diferente está reservado para os que nasceram e cresceram no Rio Seco. Vamos manter no projecto este estrato dos moradores, sem retirar o direito de quem o quiser fazer, de vender a sua casa e ir morar onde achar conveniente. O que nos falta neste momento é definir o tipo ou formato de casas que vamos construir para eles.

Como é que pensam fazer isso?

Para responder a esse quesito, estamos a pensar na construção, em paralelo, de um outro projecto de habitação social onde vão ser realojados todos os que estiverem a residir nas zonas de risco, a qual poderão, de igual forma, servir os que não quiserem ficar no Rio Seco.

Quantos empregos prevêem criar com a implementação desse projecto?

Muitos empregos! Mais de dois mil empregos directos e indirectos. Queremos que o projecto Rio Seco seja um protótipo de projectos inteiramente angolano, com areia, pedra, cimento, mosaico, enfim, tudo produzido em solo angolano. Pretendemos com este gesto ajudar a revitalizar a indústria de transformação de materiais de construção civil do nosso país. Pensamos criar aqui espaços de lazer, culturais e outros comuns que, no fundo, vão representar o resgate do sentido de cidade.

Vi imagens do pensador no projecto.

A educação, cultura e ambiente, representam as partes mais importantes do projecto, transformando-o numa via exequível para o resgate de valores, passando pelo respeito e valorização dos símbolos nacionais, servindo ao mesmo tempo como um local para falar sobre questões ambientais. O pensador é um símbolo que precisa de ser enaltecido e venerado, incutindo a todos, desde a mais tenra idade, a sua real importância.

O projecto inclui a construção de um Museu de Sustentabilidade.

É um museu que vai exibir questões que têm que ver com a sustentabilidade ambiental, que cobre os principais temas das agendas a nível mundial. Somos de opinião que é necessário começar a falar destes assuntos desde a mais tenra idade. À parte as questões ecológicas e ambientais, o Museu de Sustentabilidade vai igualmente falar sobre os problemas da cidade de Luanda, numa espécie de fórum, onde as pessoas vão poder se juntar, mensal ou trimestralmente, para falar dos problemas que afligem a cidade.

Quantas pessoas residem ao longo da área prevista para o vosso projecto e como seria o seu realojamento?

Penso que a Maianga e Ingombotas devem ter por aí um milhão de pessoas ou cerca disso.

Refiro-me a área do projecto propriamente dito.

Acho que uns 80 mil, nas margens e áreas adjacentes, mas não deixa de ser um dado muito aleatório. O que chegou ao nosso conhecimento é que a maioria das pessoas que lá residem, fazem-no em regime de aluguer. Os proprietários alugam as casas e vão residir em outras zonas.

Existe algum levantamento demonográfico?

Não, não, mas podemos fazê-lo, desde que haja autorização do Governo da Província.

E o quê que falta para o aval do Governo da Província?

Honestamente falado, não sabemos. Fico muito triste porque contrariamente ao que acontece no nosso próprio país, no exterior temos tido muito apoio da comunidade internacional. Já fomos convidados para participar em vários fóruns internacionais de arquitectos, em representação do nosso país como, por exemplo, na Bienal de arquitectura e urbanismo da Coreia do Sul e no Rio de Janeiro, onde a Unesco atribuiu a esta cidade brasileira, o título de cidade da arquitectura para 2020.

Que beneficios conseguiram com a vossa participação nestes fóruns?

Conseguimos criar várias parcerias com o gabinete de urbanismo da cidade de Amesterdão, a prefeitura da cidade de Seul e com investidores do sector imobiliário da cidade do México.

São parcerias de facto ou apenas manifestação de interesse?

Eles estão interessados em participar na execução de projectos concebidos no âmbito dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Agenda 20/30 e a agenda africana 20/63, da ONU. Angola ratificou esses tratados que defendem planeamento urbanístico inclusivo das cidades mais resilientes, onde toda gente tem que ter direito a habitação, com água potável, fornecimento de energia, saneamento básico e outros bens indispensáveis a vida. Por outras palavras, as cidades têm de deixar de ser ambientes de exclusão e se tornar inclusivas.

Como é que estamos em termos de aplicação desse tratado?

Angola ratificou esse tratado e acho que estamos a cumprir com que o mesmo estabelece. Considero importante começarmos a pensar numa fórmula mais rápida e directa de atacar esse problema. Por esta razão, lançamos o projecto do Rio Seco que, pensamos, se enquadra nas políticas de desenvolvimento sustentável que pretendemos. É a nossa contribuição para a revitalização da cidade e ao mesmo tempo ajudar a mitigar um problema de saúde pública, que representa o canal de água do Rio Seco, melhorando a qualidade de vida das pessoas que aí residem.

| EDIÇÕES NOVEMBRO

RIO SECO Projecto vai revitalizar a cidade e melhorar a vida dos cidadãos